

PEC da Transição não deveria ser mais do que uma PEC de transição

REGINALDO NOGUEIRA
Ph.D. em economia e diretor-geral do Ibmec SP e DF

A proposta da PEC da Transição conforme aprovada pelo Senado Federal é um retrocesso econômico e institucional. A proposta orçamentária inicial considerava R\$ 105 bilhões para a manutenção do auxílio Brasil em R\$ 400 e seriam necessários cerca de R\$ 70 bilhões para elevar a R\$ 600, conforme promessas feitas por ambas as campanhas durante o processo eleitoral. Assim, se a PEC encaminhasse algo próximo a R\$ 70 bilhões fora do Teto dos Gastos em 2023, seria absolutamente razoável e esperado, sem grandes efeitos sobre os humores do mercado. Seguindo essa linha, o novo governo teria espaço para manter a promessa de manutenção do programa vigente de transferência de renda, ao mesmo tempo que poderia propor mudanças mais profundas ao longo do próximo ano, de forma a abrir espaço no orçamento de 2024. Mas não foi essa a proposta aprovada.

Nos atuais termos, a PEC é um pedido antecipado ao Congresso Nacional para que o país volte a ter déficits primários em 2023 e 2024. Não é de estranhar que o mercado tenha encarado como uma sinalização de irresponsabilidade fiscal prévia do governo eleito.

Resultados fiscais de outubro apontam um superávit primário acumulado em 12 meses de 1,8% do PIB, ou aproximadamente R\$ 170 bilhões. Logo, a PEC da Transição por si só já seria superávit. Dado que a dívida pública está ao redor de 77% do PIB, é natural que qualquer movimento que aponte em direção oposta à consolidação fiscal seja recebido com ceticismo e muito mau humor.

Para tornar tudo mais difícil, o texto da PEC cita a MMT (Modern Monetary Theory), uma teoria que sugere que países que emitem a própria moeda não precisam se preocupar com a dívida pública, pois ela sempre poderá ser paga a partir de mais emissão monetária. Essa teoria ignora décadas de evolução da teoria macroeconômica (pelo menos desde os anos 1970), e pode jogar um país em rota de alta inflação.

Mas, indo além, como agora o nosso Banco Central é independente por lei e

não é obrigado a acomodar a política de expansão de gastos, temos claramente sinalização de políticas contraditórias. Nosso risco de curto prazo é vislumbrar uma política fiscal expansionista conjugada com uma política monetarista contracionista. E o resultado dessa combinação deve ser taxa de juros mais altas.

Esse ponto é que não podemos ignorar: o risco de que essas sinalizações e movimentações econômicas nos coloquem com juros mais altos por muito tempo. A lógica econômica que parece guiar o governo que assume é de um keynesianismo otimista, que acredita que o gasto autônomo do governo encontrará um grande multiplicador do PIB. Todavia, em uma economia altamente endividada como a brasileira, a literatura empírica é clara ao mostrar que não faz sentido esperar que esse seja o caso.

Isso pelo fato de que o aumento da despesa autônoma do governo vai pressionar a taxa

de juros, reduzindo o investimento privado. Indo além, o próprio histórico brasileiro sugere que, com a ampliação do déficit público, devemos observar um crescimento do déficit em conta corrente, por meio de valorização do câmbio real, também reduzindo o efeito multiplicador do gasto público.

Rediscutir o arcabouço fiscal brasileiro não é tabu, mas deve ser feito de maneira responsável e equilibrada. Em especial, isso deveria passar também pela avaliação de desonerações, regimes tributários e subsídios. Mas isso não pode ser feito em algumas semanas antes de um novo Congresso e governo assumirem. Ao trazer para a PEC da Transição não apenas a travessia de 2023, mas uma ampliação agressiva de gastos por dois anos, o governo eleito atropela o processo e gera turbulências econômicas desnecessárias.



A bilionária recuperação judicial da Oi

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

Engenheiro eletrônico. Foi ministro de Estado das Comunicações e presidente da Anatel.

Ante uma dívida de R\$ 65 bilhões, em 20/06/2016 a Oi apresentou pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. Ao compor o Conselho Diretor da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e exercer a sua presidência entre 2016 e 2018, defrontei-me com a recuperação judicial da Companhia. Sabia que não seria um processo fácil. Naquela ocasião, a Oi detinha 34% do mercado de telefonia fixa, 18% do mercado de telefonia móvel e em 2.748 municípios operava cerca de 70% dos acessos à internet; o que mostrava sua dimensão no Brasil.

Faltavam à Anatel condições legais para a intervenção em operadoras sob recuperação judicial, em caso de comprometimento da prestação de serviços. A intervenção na Oi só seria possível na concessão de telefonia fixa, embora não estivesse livre de questionamentos, em razão dos requisitos legais para a sua decretação, por coincidir com o curso de um processo de recuperação judicial. Dada a gravidade da situação, o Conselho Diretor considerou conveniente que os referidos fatos fossem conhecidos pelo Ministério setorial e Presidência da República.

A Assembleia Geral de Credores foi marcada pelo apoio da maioria dos credores ao Plano de Recuperação Judicial da Oi. A Anatel foi a voz dissidente, ao votar contra a sua

aprovação. Não fosse o voto adotado pela AGU (Advocacia Geral da União) e Anatel, o plano teria sido aprovado por unanimidade. A Anatel, em seu papel de credora e reguladora, poderia ter decretado a falência da Oi, mas, ante implicações de interesse público, preferiu exercer o papel de guardiã da coisa pública. Mesmo contestando o tratamento dado aos créditos públicos, a Anatel não fez juízo de valor quanto às partes do Plano que tratavam dos créditos privados.

No curso do Processo, importante decisão estratégica foi proposta pela Oi e aprovada por seus credores ao estruturar alguns de seus principais ativos como Unidades Produtivas Isoladas, em preparação para processos de alienação. Dos ativos vendidos, a Oi Móvel resultou em um aporte de R\$ 14,47 bilhões ao caixa da empresa, dos quais R\$ 4,64 bilhões foram imediatamente pagos ao BNDES. A venda das torres rendeu R\$ 1,05 bilhão e a dos principais Data Centers trouxe R\$ 325 milhões para a Companhia. O controle da "Voz" foi vendido por R\$ 12,92 bilhões, com a Oi a permanecer como acionista relevante da empresa. Há ativos com venda a concluir: o de TV por assinatura, que tem um lance de R\$ 786 milhões e o das torres de telefonia fixa, com proposta de R\$ 1,7 bilhão, que dependem de aprovação.

Em maio, a Oi divulgou o Instrumento de Repactuação e Transação com a Anatel. Com

uma redução de 54,99%, a dívida passou de R\$ 20,237 bilhões (saldo atualizado) para R\$ 9,108 bilhões, e a abrangência do saldo dos débitos não tributários originários quanto aos novos de 2020. Descontando o montante dos depósitos judiciais da Oi, apropriados pela Anatel, o valor líquido ficou em R\$ 7,335 bilhões. Um montante elevado, mas que significa uma redução relevante em relação ao total de créditos anteriormente existentes.

Os créditos públicos foram equacionados em 2022. Da dívida de R\$ 65 bilhões em 2016, a Oi quitou pagamentos com 35.372 credores, dentre os quais a renegociação com Anatel e o pagamento integral da dívida com o BNDES. Aos fornecedores, a Oi pagou R\$ 2,4 bilhões. Dos cerca de 65 mil credores, pouco menos de 59 mil tinham a receber até R\$ 50 mil. A empresa foi autorizada a renegociar individualmente cada valor, o que vem fazendo.

Assim, a Oi acabou de sair de uma das maiores recuperações judiciais da história do País. Com a homologação da Justiça o litígio dar-se-á por encerrado, sem que a Anatel tivesse sido obrigada a fazer com que a União assumisse o ônus de uma delicada intervenção na operadora. Importante destacar que o caminho das soluções privadas, nesse caso, felizmente pode ser traçado com aparente sucesso, lançando mão, seja no âmbito público seja no privado, do instrumental legal e regulatório disponível.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Cire Cunha (interior) // cirecunha@iglobo.com.br

Uma classe centrada

Não se deve fechar os olhos aos fatos, porque mesmo nessa cegueira voluntária corre-se o risco de tropeçarmos neles, indo de cara contra o chão. A existência no Brasil de uma chamada classe média numerosa, que perfaz hoje metade da população do país ou algo em torno de 100 milhões de indivíduos, é um fato concreto, goste você ou não da ideia. A classe média, por sua posição intermediária na pirâmide social é a prova viva de que é possível viver apartada de governos sejam eles de direita ou esquerda. Vivem, ou na pior das hipóteses sobrevive longe dos programas populistas e ideologicamente assistencialistas dos governos de plantão. Em outras palavras, caminha com os próprios pés. Talvez por essa e outras razões seja tão duramente criticada e atacada de todos os lados, principalmente pelos que enxergam nessa parcela da população, uma classe desvinculada e pouco afeta aos clamores de seriedade de políticos.

Emparelhada de um lado entre as classes D e E e de outro contra as classes A e B, a classe média experimenta o que seria o caminho do meio, pregado pelos budistas. Possui, ao mesmo tempo as expertises emprestadas das classes D e E, quanto ao assunto é livrar-se das armadilhas do governo, ao mesmo tempo em que vai aprendendo as artes de aplicar recursos, como fazem os ricos, correndo de um lado para outro para salvar seus rendimentos, de modo que possa levar uma vida com certa dignidade e de olho no futuro.

Há os que odeiam particularmente a classe média justamente porque foi ela que, de certa forma, impeliu ou destruiu as previsões contidas no *Manifesto Comunista* de Karl Marx, de que o capitalismo, por suas contradições, iria abrir caminho para a tomada do poder pela classe operária, implantando assim o comunismo. Não previa Marx que no meio desse caminho se ergueria a enorme muralha formada pela classe média. O ódio à classe média por essa corrente não tem impedido sua multiplicação em todo o mundo. Exemplo disso pode ser visto, lido e ouvido por filósofos que pregam ser a classe média brasileira a representante do atraso de vida, da estupidice e ainda reacionária, conservadora, petulante, arrogante, terrorista, uma abominação política, uma abominação ética, violenta, e uma abominação cognitiva por ser ignorante, entre outros adjetivos, dignos de uma acalorada discussão de boteco.

Foi justamente no momento dessa declaração que além do papalão e da sabujice, estava a seguir à risca o que previu o semiotista Umberto Eco (1932-2016), em seu tratado *Relativismo* de 2005. Nesse trabalho, o filósofo denunciou que as redes sociais e a mídia iriam pôr um fim na cordialidade e acentuar a polarização entre os indivíduos, minando o compartilhamento de ideias e que toda essa animalidade, que hoje nos envergonha, iria se estender também para a política. E o que presenciávamos hoje nos debates, não apenas entre os políticos, mas englobando a todos, inclusive pessoas a quem, por sua formação acadêmica, esperávamos um mínimo de civilidade e educação. Dizia Eco que essa mudança ou regresso ao primitivo não seria tanto culpa da grosseria da mídia e se daria muito mais pelo fato de que as pessoas hoje só falam pensando em como a mídia irá noticiar o que foi dito. "Temos a impressão nos dias de hoje de que certos debates acontecem a golpes de facão, sem fineza, usando termos delicados como fosse pedras", previu o escritor do best-seller *O Nome da Rosa*.

Os vacilões de Umberto Eco se confirmaram para além do previsto. Atualmente a cordialidade nos debates, seja de que tema for, foi deletada ou no dizer moderno "cancelada" das redes sociais. Dessa forma o que assistimos agora são embates enfiados que nascem onde quer que haja diferença. O ódio fez sua morada nas redes sociais. Há, nesse contexto, uma certa tara das pessoas em criar desavenças e inimigos. Com isso, a sociedade vai deixando de lado o compartilhamento de ideias substituindo essa virtude por uma animalidade que está cada vez mais na flor da pele.

As redes sociais são hoje um oceano cheio de tubarões, prontos para atacar, censurar e ofender. Na política, toda essa ferocidade ganhou ainda mais adrenalina. Já não se tem oponente ou concorrente, mas inimigo fidalgo que deve ser destruído ou ao menos desconstruído em sua totalidade.

Para Umberto Eco seria como se andássemos para trás no tempo em termos humanos, levando conosco um tablete de última geração. Quem se deu ao enfado de assistir aos últimos debates para a presidência do país, pela televisão, pôde verificar que os projetos de governo sumiram. Quando surgiam ideias aproveitáveis e raras, eram logo substituídas por ofensas e acusações, como num ringue. Quem ofende mais leva a melhor, segundo as redes. Os perdedores estão entre aqueles que não querem polêmicas e se restringem a apresentar propostas. Debater num ambiente assim é inútil. Ninguém ouve o que é dito. Perdemos a capacidade de escutar. Até os ouvidos falam. A língua comanda o cérebro. As redes sociais viralizam com essas batidas. A cortesia ficou fora de moda, atingindo, de alto a baixo todas as classes.

A contribuir para esse mundo de intrigas e de extremismos, as redes sociais agem para estimular, por meio das fake news e das meias verdades os embates e a violência. Não seria estranho se algum dia alguém venha a classificar as redes sociais, sobretudo no mundo político, como o renascimento da mítica Torre de Babel. No afã de perfurar o céu, essa torre magnífica, uma espécie moderna das Torres Gêmeas de Nova York, veio abaixo marcando com sangue a entrada do século 21, porque os homens parecem já não falar ou compreender a língua humana.

Dizer que a classe média é hoje o último bastião ou muralha contra o avanço da ditadura das esquerdas políticas, não da ditadura do proletariado, como queria Marx — é uma realidade e um fato, contra o qual não adianta fechar os olhos.

» A frase que foi pronunciada

Nada inspira mais coragem ao medroso do que o medo alheio.

Umberto Eco

» História de Brasília

Por falar nisso, a informação que havia era de que a NOVACAP estava recuperando os boxes dos mercados locais para entregar aos produtores. Os boxes continuam fechados, e ninguém está recuperando nada, coisa nenhuma. (Publicada em 14.03.1962)